



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 7 de Janeiro de 1970

A autêntica renovação eclesial

Parece que ainda devemos ir buscar no espírito e no ensinamento do recente Concílio o tema para este familiar colóquio. Supomos que vós, caros visitantes, tendes a natural e legítima curiosidade de saber o que o Papa pensa e qual o fio das suas reflexões. A Nossa resposta é a seguinte: Nós continuamos a pensar no Concílio.

O Concílio não terminou no final das suas sessões, como um acontecimento histórico encerrado no tempo da sua realização. Foi para a Igreja o princípio de uma renovação, que deve continuar a desenvolver-se para atingir a vida de toda a grande comunidade eclesial. Deixou um conjunto de ensinamentos, que não devemos esquecer, mas recordar, conhecer e aplicar. Deve perdurar na meditação da Igreja, deve infundir-lhe uma nova mentalidade, imprimir-lhe um novo comportamento, renová-la, difundi-la e santificá-la.

Bem sabemos que nasceu do Concílio uma vasta literatura, que ainda continua a oferecer-nos novas obras. Sabemos igualmente que, depois do Concílio e em virtude das suas normas, surgiram muitas obras e instituições. E todos sabem quantos progressos doutrinários derivam do Concílio e alimentam os estudos e a cultura, e de que natureza eles são. Invoquemos, pois, o Espírito Santo, a fim de que este processo doutrinário e canónico prossiga felizmente.

Mas, nesta altura, perguntemos a nós mesmos: em ordem ao Concílio, o que podem e devem fazer cada fiel individualmente e cada comunidade eclesial? A resposta leva-nos a considerar, de modo especial, as exigências morais que derivam dos ensinamentos e da celebração mesma do Concílio. Por outras palavras, devemos todos fazer esta reflexão: admitindo que cada um de nós

queira atribuir a este grande acontecimento uma importância prática e benéfica, não só para toda a Igreja, mas também para a nossa vida moral e para a renovação da nossa profissão cristã concreta e pessoal, que aplicação coerente dos seus ensinamentos, em nosso modo de pensar e de agir, devemos promover ?

Seria bom começar esta reflexão, traçando-lhe imediatamente um itinerário rectilíneo, para evitar dois desvios possíveis e perigosos.

O primeiro desvio é o de crer que o Concílio deu início a uma era de tal forma nova, que autoriza uma certa desvalorização, um afastamento, uma intolerância, com respeito à tradição da Igreja. Em muitas pessoas existe um estado de alma que não suporta absolutamente o « ontem » da Igreja. Homens, instituições, costumes, doutrinas, tudo enfim, que traz a marca do passado, é sem mais posto de parte. Nestes irrefreáveis inovadores, um espírito de crítica implacável condena todo o « sistema » eclesiástico de ontem. Não vêem senão culpas e defeitos, incapacidade e ineficiência nas expressões da vida católica do passado, o que acarreta consequências que se prestam a muitas e graves considerações e que obscurecem o sentido histórico da vida da Igreja, que, apesar de tudo, continua a ser a preciosa característica da nossa cultura. Substituem-no por uma fácil simpatia por tudo o que está fora da Igreja. O adversário parece simpático e até mesmo um exemplo, enquanto que o amigo se torna antipático e intolerável. Quando este processo não é moderado, dá lugar até à persuasão de que é lícito formular a hipótese de uma Igreja completamente diversa da nossa Igreja de hoje; de uma Igreja criada — dizem — para os tempos novos; de uma Igreja em que sejam abolidos qualquer vínculo de obediência que moleste, qualquer limite à liberdade pessoal, qualquer forma de sacralidade que obrigue. Este desvio é infelizmente possível. Esperemos, porém, que a evidência das suas pretensões excessivas, com a qual ele se apresenta, denuncie o seu erro. O « aggiornamento », isto é, a renovação da Igreja, patrocinada pelo Concílio, certamente não tende para esta desintegração da sua comprovada realidade histórica e institucional.

Outro desvio seria o de confundir o costume com a tradição, e, por isso, o de crer que o Concílio deve ser considerado como um acontecimento que terminou e já não tem eficiência; o de crer que os verdadeiros inimigos da Igreja são os que promovem e acolhem as novidades que derivam do próprio Concílio. A tradição, isto é, o costume — dizem — é que deve prevalecer.

Também estes, os defensores do imobilismo formal do costume eclesiástico, talvez por excesso de amor, acabam por exprimir este amor, polemizando com os amigos de casa, como se estes fossem ainda mais infieis e perigosos do que os de fora.

E, então, qual é o caminho certo ? E o que aponta, para a comunidade eclesial, a autoridade responsável dos Pastores da Igreja e a Nossa. A voz dos Pastores não emudece. Ouvem-na os bons. Não a ignoram, não a transcuram. Estamos firmemente persuadido no Senhor de que a Igreja poderá conservar a sua organização eficiente e cumprir a sua missão de salvação e de

paz, nesta hora crítica da sua história e nesta hora grave da história do mundo, se a função pastoral for exercida livre, clara, forte e amorosamente, e se a comunidade do clero e dos fiéis a compreender e secundar.

E para onde se dirige este caminho ? Esta pergunta pertence à ordem de ideias que propusemos no início destas palavras. Tem em vista compreender qual é a linha moral e espiritual (tratemos somente desta por agora) que o Concílio oferece à Igreja, porque é exactamente nesta linha que se movem os passos da orientação pastoral.

Para terminar, queremos apenas aludir a alguns critérios preliminares, por exemplo, à coerência, que é um critério evidentíssimo e de muita necessidade. O cristão deve recompor a sua unidade espiritual e moral. Não basta chamar-se cristão. E preciso também viver como cristão. Aliás, é esta a antiga máxima fundamental do Apóstolo: « iustus ex fide vivit », o homem justo, o cristão autêntico vai haurir na fé a norma, o modo de ser, a força da sua vida. Não vive só com a fé, mas segundo a fé. Trata-se de um princípio basilar. Mas, sobre este assunto, poderemos falar ainda em outras ocasiões. E o princípio básico da renovação requerida pelo Concílio.

Poderemos acrescentar ainda dois outros critérios fundamentais. Vamos apenas enunciá-los para não vos entediar por mais tempo com este discurso. São estes: é preciso colocar Cristo no vértice, no centro, na fonte da nossa vida, ou, por outras palavras, do nosso pensamento e da nossa actividade. Ele deve ser o Mestre, o exemplo, o pão da nossa vida pessoal; é preciso adquirir uma concepção comunitária da vida cristã, mesmo daquela que é interior em cada indivíduo ; é preciso entrar na ordem da caridade. Lembremo-nos sempre de que o distintivo daqueles que seguem a Cristo é a caridade (cfr. *Jo* 13, 35).

Que a Nossa Bênção Apostólica torne fecundos em vós estes breves tópicos.